



Diálogos em Educação Ambiental e Clima

Araceli Serantes-Pazos¹

Universidade da Coruña (UDC)

<https://orcid.org/0000-0002-2849-6445>

Marcos Sorrentino²

Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal da Bahia (UFBA)

<https://orcid.org/0000-0003-39-1655>

Resumo: Uma conversa atlântica sobre (in)justiça climática em torno de quatro temas de natureza ecossocial: o território como cenário local e global de resistência; ações políticas voltadas para a mudança do sistema; mulheres como protagonistas de resistência; e soluções para as emergências climáticas. A educação ambiental frente à crise climática tem como base uma nova cultura do corpo, da Terra, da terra e do território. O objetivo é identificar e denunciar fatores que perpetuam e aumentam a injustiça climática em um cenário dominado por modelos heteropatriarcais, coloniais e saqueadores de pessoas, culturas e da Terra. Nesse sentido, e diante das posições neoliberais baseadas na competição e no individualismo que aumentam as desigualdades, o presente artigo busca contribuir para a compreensão de “fazeres” ecossociais das pessoas educadoras envolvidas nas transformações, bem como identificar atores, respostas

¹ Doutora em Psicopedagogia cunha Tese sobre Equipamentos para a Educacion Ambiental, âmbito que desenvolveu parte da sua vida laboral, trabalhando em granxas-escola, aulas da natureza, aulas de ecologia urbana etc. Desde 1997 professora na Universidade da Coruña (Galiza/Espanha) membro do Grupo de Investigación de Educación para a Cidadania Global-ECIGAILJUDC e Grupo de Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte-GPEA-IJFMG. boli@udc.es

² Professor visitante no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, participante do Grupo de Pesquisa em História da Cultura Corporal, Educação, Lazer e Sociedade (HCEL/FACED/UFBA). Docente sênior no campus da USP em Piracicaba/SP, onde coordena o Laboratório de Educação e Política Ambiental (Oca/Esalq/USP). Sorrentino.ea@gmail.com

e soluções que passam por cooperação, alianças, fraternidade, *networking* e ética do cuidado, da escala local para a transformação global.

Palavras-chave: Justiça climática. Centros de educação ecosocial. Território. Alianças. Diálogos.

Diálogos sobre educación ambiental y clima

Resumen: Una conversación atlántica sobre (in)justicia climática alrededor de cuatro temas de naturaleza ecosocial: el territorio como escenario local y global de resistencia; acciones políticas dirigidas al cambio del sistema; las mujeres como protagonistas de resistencia; y soluciones frente a las emergencias climáticas. El objetivo es identificar y denunciar factores que perpetúan y aumentan la injusticia climática en un escenario dominado por modelos heteropatriarcales, coloniales y saqueadores de personas, culturas y de la Tierra. En este sentido, y frente a las posiciones neoliberales basadas en la competición y el individualismo que aumenta las desigualdades, el presente artículo busca contribuir a la comprensión de “haceres” ecosociales de las personas educadoras comprometidas con las transformaciones, identificando actores, respuestas y soluciones que pasan por la cooperación, alianzas, fraternidad, *networking* y ética de los cuidados, desde la escala local para la transformación global.

Palabras-clave: Justicia climática. Centros de educación ecosocial. Territorio. Alianzas. Diálogos.

Dialogues in environmental education and climate

Abstract: An Atlantic conversation about climate (in)justice around four themes of an ecosocial nature: the territory as a local and global scenario of resistance; political actions aimed at changing the system; women as protagonists of resistance; and solutions to climate emergencies. Environmental education in the face of the climate crisis is based on a new culture of body, Earth, land and territory. The objective is to identify and denounce factors that perpetuate and increase climate injustice in a scenario dominated by heteropatriarchal, colonial and looting models of people, cultures and the Earth. In this sense, and in the face of neoliberal positions based on competition and individualism that increase inequalities, this article seeks to contribute to the understanding of ecosocial "doings" of educators involved in transformations, as well as to identify actors, responses and solutions that go through cooperation, alliances, fraternity, networking and ethics of care, from local scale to global transformation.

Keywords: Climate justice. Ecosocial education center. Territory. Alliances. Dialogues.

DIÁLOGOS ATLÂNTICOS PARA A JUSTIÇA AMBIENTAL

*Oh, Mãe África, por que foste subjugada
Pelo poder viril de vossos opressores?
Será que a cor de teus filhos é inferior?
Por que a escravidão? Por quê?
Tu és progenitora de todos nós!
Quando teus filhos foram passados pelos próprios irmãos
O sangue negro clama em prantos de agonia até hoje em dia
A guerra entre etnias
Irmão vendendo irmão!
Bahia, Rio, Minas, Pernambuco
E todo Brasil
Cantam em uma só voz!
Dico (Mãe África)*

2

Revista Ambiente & Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG
v. 27, n. 2; dezembro de 2022
Recebido em: 11/10/2022
Aceito em: 29/11/2022

Desde a década de 1960 e diante das práticas ecocidas e genocidas do desenvolvimentismo global são inúmeras as pessoas que reivindicam o cuidado com o Planeta como um fato político. No entanto, nos movimentos sociais do Norte Global, as lutas das mulheres rurais e dos povos indígenas, que resistem a abandonar sua relação harmônica com a Terra, são invisibilizadas, ou pelo menos não suficientemente reconhecidas, diante das atividades dos grandes megaprojetos agroindustriais, florestais, minerários ou hidrelétricos.

Princípios de vida em equilíbrio pode ser encontrados em inúmeras propostas, nos diversos continentes, como sistemas sociopolítico-espirituais. Gandhi enuncia princípios universais como *swaraj*, *swadeshi* e *satyagraha* baseados na não-violência e envolvendo modelos de produção e consumo sustentáveis, redistribuição de poder e democracia. Em *Abya Yala* (um nome que alguns povos indígenas usam para se referir ao continente americano e que significa "terra viva"), preserva-se o princípio quéchua *sumak kawsay* ou *sum qamaña*, traduzido como "bem viver", que reconhece as pessoas como parte a natureza, com um estilo de vida comunitário, digno e pleno.

Para Leonardo Boff (2009:1) "viver bem" é uma ética do que é suficiente para toda a comunidade que inclui o ser humano, o ar, a água, o solo, as montanhas, os animais e as plantas. Esse princípio é semelhante em culturas ancestrais deste continente, como Mapuche (*kümemongen*), Guarani (*Tekokavi* e *Tekoporã*), Achuar, Kuna, Maia, dentre outras. Princípios semelhantes estão presentes no movimento Mãe África. Essas propostas éticas se materializam em todo o planeta em propostas sociais anticapitalistas e têm um profundo sentimento ecológico e político. Ecologia e política enfatizando a relevância do diálogo "a ecologia como ciência que estuda as relações e a política como prática das relações" (Sorrentino et al., 2020:2).

Desde a revolução industrial, mas, sobretudo, desde a Segunda Guerra Mundial, de mãos dadas com uma economia capitalista voraz e uma ciência disciplinar cartesiana descontextualizada, o Ocidente impôs um modelo de desenvolvimento desvinculado dos processos que sustentam a vida e a

dignidade humana. Como ponto de virada, a Rio92 foi um marco planetário para o diálogo, as abordagens éticas e os desafios globais diante dos problemas ambientais mais prementes, especialmente o das mudanças climáticas. É urgente travar a catástrofe, é preciso mudar de rumo, ao mesmo tempo que é imprescindível acompanhar aqueles que mais sofrem com as mudanças bruscas e radicais do clima, tão rapidamente que as espécies e culturas que compõem os ecossistemas não têm tempo para se adaptar.

Para isso, retomamos diálogos interculturais a partir de políticas municipais e movimentos sociais, como o ambientalismo e o ecofeminismo, para redefinir realidades e propor pactos de cuidado com a vida e de entreajuda. É fundamental romper com compreensões binárias como homem|mulher, razão|emoção, mente|corpo, público|privado, humano|natureza, racional|animal, urbano|rural, ciência|tradição, produção|reprodução, norte|sul e focar no coletivo, na cooperação e na comunidade, a partir da conciliação, compensação e reparação; é preciso conhecer, sistematizar, divulgar e participar das ações de rebeldia social e resistência cotidiana ao neoliberalismo; é preciso recriar referências e boas práticas para enfrentar a injustiça ambiental.

DIÁLOGOS E ALTERIDADE: UM OCÉANO ATLÂNTICO DE CARÊNCIAS E POTENCIALIDADES

Dialogar e promover o diálogo é pré-requisito para fazer educação ambiental e políticas públicas. Educação Ambiental (EA) crítica e emancipatória. Políticas Públicas (PP) democráticas e participativas. Caminhos inclusivos para transformações sociais que possibilitem transições educadoras para sociedades sustentáveis. Diálogo que coloca em suspensão os pressupostos e se abre ao Outro: o diálogo EU-TU buberiano (BUBER, 2001).

“Eu sou eu, você é você e vejo flores em você”, diz o poema da banda IRA, chamando a atenção para a relevância de reconhecer o Outro, percebendo-o como alteridade na busca de sua própria identidade.

Diálogo que potencialize o agir (Sorrentino et al., 2013; Spinoza, 2007) por meio de bons encontros, nos quais seja possível o pactuar e o perdoar,

categorias apontadas por Hannah Arendt (2007) como condições necessárias para o fazer político. Não um perdoar que simplesmente ignora os equívocos, “varre para baixo do tapete” os erros, mas um perdoar que avalia coletivamente, toma decisões compartilhadas e pactuadas que inclusive pode punir pelos erros, mas não elimina o outro na continuidade do processo, possibilitando entrar para a roda e dialogar e pactuar, tantas vezes quantas forem necessárias para reverter a degradação.

Diálogo com toda a diversidade de vozes e de silenciamentos forçados pelo modo hegemônico de produção e consumo, de ser e estar que muitas vezes impõe verdades únicas que apenas refletem o olhar e as percepções hegemônicas de setores restritos das sociedades. Diálogo inclusivo de todos os humanos e dos demais terráqueos, como o proposto por Bruno Latour em Políticas da Natureza (Latour, 2019) e que possibilitem saber onde aterrar (Latour, 2020).

Diálogos com o clima, com o ambiente e acima de tudo, diálogos eurísticos e criativos que propiciem a cada pessoa se comprometer com a emergência de sociedades sustentáveis.

Diálogos entre pessoas e povos às margens de corpos d’água diversos, simbolizados aqui pelo Oceano Atlântico cujas águas unem em aprendizados e alegria a autora e o autor do presente texto e pelas quais transitaram e transitam violências, opressões e diferentes tipos de iniquidades e degradação da vida: desterrados, escravizados, contrabandeados ou explorados e violentados em suas próprias terras, povos diaspóricos se vêem obrigados a migrar em busca de melhores condições de vida. Transita pelos oceanos a dor, a saudades e o sofrimento.

Mas também transita a esperança e os sonhos por um mundo melhor. O desafio maior que se coloca hoje para todas as sociedades e em especial para a educação ambiental é o de potencializar a dimensão da necessária reparação histórica para o perdoar e o repactuar. Repactuar uma nova globalização, não a de pessoas vistas e tratadas como mercadoria, mas a da altermundialização que promova o decolonialismo, o bem viver e a paz entre os povos.

Um oceano Atlântico de diálogos que promovam a melhoria das condições existenciais de todos em seus próprios espaços de vida, o dos antepassados e os atuais. Que promova a paz por meio da justiça climática e do acesso universal aos “cinco A” apresentados pelo médico colombiano Héctor Abad Gómez, como o básico que o ser humano precisa: água, ar, alimento, abrigo e afeto.

Repactuar para construir coletivamente sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Dialogar para incidir em políticas públicas a partir do conjunto da sociedade, promovendo o contrário da colonização e das guerras híbridas: o bem viver e a paz.

MUDANÇA CLIMÁTICA: ORIGEM ANTROPOGÊNICA OU CAPITALISTA?

Estamos, agora, indubitavelmente, acelerando uma trajetória de colapso socioambiental, como mostra inequivocamente o relatório especial IPCC SR1.5, de outubro de 2018, e o 1º Relatório de Avaliação do estado da biodiversidade global, lançado pelo IPBES em maio de 2019, juntamente com uma coleção de estudos e projetos científicos. Embora o aumento demográfico seja um problema não irrelevante e ainda em crescimento, ou motor fundamental do processo não na humanidade em geral, mas na civilização termofóssil que é intrinsecamente expansiva e destrutiva, dois períodos de vida no planeta a que dar o nome de capitalismo global (Luís Marques).

A mudança climática é a emergência global mais importante e urgente que a humanidade enfrenta, no entanto, a maioria das pessoas vive à margem desse problema e, longe de serem cidadãos ativos na sua solução, continuam a aumentá-lo. Isso é possível devido a várias causas. Embora praticamente ninguém negue o caráter antropogênico dessas mudanças e se conheça o limiar sem retorno que exige uma redução significativa das emissões de gases de efeito estufa (GEE), a emergência climática não está presente nas políticas globais e locais, nem nos meios de comunicação ou mesmo pouco presente no sistema educacional formal: há um processo de "invisibilização" do problema pela falta de informações relevantes e confiando as soluções aos avanços

tecnológicos baseados na economia de mercado (Serantes e Cartea, 2016; Serantes e Cortiano, 2020). Para Vandana Shiva (2018) esse silêncio diante das mudanças climáticas é intencional, por isso ela propõe que falemos de caos climático ao invés de mudança climática.

O aumento das concentrações de GEE está causando um aumento na temperatura terrestre global e mudanças climáticas, alterando os padrões de chuva, a dinâmica marinha, a elevação do nível do mar, os ciclos reprodutivos, a distribuição das espécies ou as migrações (de pessoas e espécies), mudanças na produção de alimentos ou o aparecimento de doenças e pandemias; para Yayo Herrero, Fernando Cembranos e Marta Pascual (2011) são sinais indiscutíveis da insustentabilidade do modelo hegemônico de desenvolvimento. Falar de mudança climática é situar-se no Antropoceno como uma época geológica que começou com a industrialização e que modificou radicalmente o planeta. De uma posição mais política, vale falar do Capitaloceno “que aponta para as atuais causas econômicas da crise ecológica e o fato de que nem todos os humanos são igualmente culpados pelo desenvolvimento e sobrevivência de um sistema econômico fóssil” (Puleo, 2019: 11).

A cada dia fica mais difícil enfrentar as consequências e esconder a vulnerabilidade das pessoas e dos ecossistemas. Por isso é urgente mudar os modos de produção e consumo das populações enriquecidas, introduzir estratégias sustentáveis de comércio e mobilidade, produzir energia limpa e renovável, proteger as diferentes formas de vida e culturas, tornar visível a sustentabilidade em modelos mantidos por mulheres e povos indígenas e se comprometer com a educação para a justiça climática.

QUEM SÃO AS VÍTIMAS? O TERRITÓRIO COMO CENÁRIO DE RESISTÊNCIA

Como já foi indicada, a origem das mudanças climáticas está fundamentalmente na emissão de gases que rompem com os ciclos naturais do carbono, afetando os padrões climáticos, o metabolismo dos seres vivos e a química dos oceanos. É um problema que afeta a composição do planeta e de

todos os seres vivos, mas tem causas e consequências assimétricas: as pessoas do Norte Global são responsáveis pela maior parte das emissões que as do Sul Global, mas sofrerão igualmente os seus impactos, embora essa afirmação não seja totalmente verdadeira.

Os países mais pobres estão mais conscientes dessas mudanças e de sua vulnerabilidade porque afetam fundamentalmente seus recursos de subsistência, como colheitas, pesca, acesso à água potável, etc. mas não são necessariamente os que mais sofrem perdas econômicas com esses eventos climáticos extremos. Se levarmos em conta o Índice de Risco Climático (CRI) apresentado pelo observatório alemão German Watch na COP25, vemos que o país mais ameaçado do mundo em 2020 foi o Japão, seguido pelas Filipinas, Alemanha, Madagascar, Índia, Sri Lanka, Quênia, Ruanda, Canadá e Fiji. Os países mais afetados pelas mudanças climáticas até agora são países com economias fracas como Paquistão, Filipinas, Haiti, Mianmar, Honduras e Porto Rico, mas os países que mais sofrerão as consequências no curto prazo também incluem outros com maior taxa de desenvolvimento, como Holanda, Espanha, Austrália, Maldivas, Nova Zelândia, México ou Estados Unidos (Rodríguez Troiani, 2022).

A cada 30 dias aparece um novo bilionário, a cada 33 dias um milhão de pobres. A ideia global de pobreza que se trata é baseada na visão de mundo capitalista e se reduz a um conceito de cidadania como consumidores, além da ideia de dignidade e acesso a recursos básicos para a vida. Diante de políticas sociais que universalizam bens básicos para a vida, vemos como mais setores da população são privatizados e excluídos, deixando-os mais vulneráveis. As consequências econômicas das mudanças climáticas estão sendo silenciadas para que não façam parte das preocupações sociais.

Realmente deveríamos falar de pessoas e não de países quando falamos de quem sofre as consequências das mudanças climáticas: *"as vítimas, que representam a maioria da população mundial com poucos recursos, sofrem as consequências de um modelo de desenvolvimento irracional e altamente poluente, preponderante em países industrializados"* (Borras Pentinat, 2013:4).

Os efeitos sobre os seres vivos diferem de acordo com sua capacidade e resiliência econômica e tecnológica.

E embora devamos falar de pessoas, não podemos esquecer a responsabilidade que cada país tem e os compromissos adquiridos desde a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Prova disso são as tentativas de Tribunais de Justiça decidirem sobre a responsabilidade dos principais emissores de GEE diante da passividade dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo desses países. Tampouco devemos ignorar o fato de que, em um mundo globalizado, são as multinacionais e empresas transnacionais que estão descumprindo as Diretrizes da OCDE sobre mudanças climáticas. Cada habitante do Planeta tem uma parcela de responsabilidade e também de resposta, mas os governantes, líderes mundiais e grandes corporações têm uma responsabilidade maior.

Os movimentos sociais e a sociedade civil pela justiça climática têm um papel fundamental ao exigir o cumprimento dos acordos e da legislação vigente, a responsabilidade pelos danos às pessoas e ao meio ambiente e uma transição justa para um modelo que garanta o direito à vida e à dignidade de todos os povos. Na Cúpula Mundial do Clima em Copenhague a questão não foi discutida, porém, no fórum alternativo (Fórum Klima) a sociedade civil exigiu, entre outras demandas, *“reparações e indenizações pela dívida e crimes climáticos cometidos nos países do Sul; criação de um fundo global para compensar as vítimas das mudanças climáticas”* (Antentas e Vivas, 2009:103).

Em 2019, diferentes movimentos sociais de todo o mundo estiveram na Assembleia dos Estados Partes do Tribunal Internacional em Haia exigindo a incorporação do crime de ecocídio no Estatuto do Tribunal Penal. Mas essas reivindicações não são gratuitas: os dados indicam que ativistas comunitários, lideranças indígenas e funcionários de ONGs sofrem ondas de violência, ameaças, são criminalizados e até mortos: *“a retórica sobre desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas é um discurso vazio se aqueles que defendem suas terras e o meio ambiente continuam a arriscar suas vidas fazendo isso. Governos, empresas e investidores devem, portanto, tomar uma*

posição e garantir que as comunidades locais e os defensores da terra e do meio ambiente sejam consultados, em vez de mortos” (Global Witness, 2017:7).

Por fim, mencionar os movimentos juvenis emergentes que demandam comprometimento dos Estados e ações conjuntas da população em face da justiça climática, com velhas e novas estratégias, participando de espaços políticos e civis. Eles também são silenciados: perguntemo-nos quem conhece Greta Thunberg |Sweden (FridaysForFuture), Francisco Vera |Colômbia (Guardians for Life), Renata Rodríguez |Equador (Roots&Shoots Ecuador), Alejandro Luque |Equador (Compromiso Q'umir), Belén Gómez |Equador (MAPA), Priscila Moreno |Equador (Red Terraviva), Axel Piguilla |Equador (Juntos pela terra), Anuna De Wever |Bélgica, VarshiniPraash e Sara Blazevic |USA (SunriseMoviment), Vanessa Nakate e Hilda Flavia Nakabuye |Uganda (FFF-Uganda), Chiara Sacchi |Arxentina (Crianças vs. Mudanças Climáticas), Alexandria Villaseñor |EUA (Greve Climática da Juventude dos EUA), Ilhas Litokne Kabua |Marshall, Mitzi Jonelle Tan |Filipinas (Advocates da Juventude pela Ação Climática-YACAP), Sofía Molina |México (Associação Civil Cococu), Isabel Wijisen |Bali (Bye Bye Plastic Bags), Lucas Barrero |Espanha (Juventude pelo Clima), Juliet Grace Luwedde |Uganda (Juventude Mundial sobre Desertificação e Terra-UNCCD), Dircia Sarmiento Belo |Timor Leste (Iniciativa dos Jovens Timorenses para o Desenvolvimento), Shakila Islam |Índia (Youth Netfor Climate Justice), Portia Adu-Mensa |Ghana (350 Ghana Reducing Our Carbon), Ana Malia FamelaKa |Austrália (Projeto Talitha), Sohanur Rahman |Índia (FFF -Bangladesh), Ellyanne Wanjiku |Quênia (Crianças com Natureza), Monique Taffe |Jamaica. Essas lideranças juvenis também são ocultadas pela mídia e órgãos oficiais (políticos e escolas) por não recolherem e apoiarem as campanhas de resistência desenvolvidas, nem incentivarem suas lideranças para que se tornem referências positivas para a juventude.

EXISTEM DIFERENÇAS ENTRE JUSTIÇA CLIMÁTICA E JUSTIÇA SOCIAL? AÇÕES POLÍTICAS DESTINADAS A MUDAR O SISTEMA

Aproximadamente 811 milhões de pessoas em todo o mundo sofreram fome em 2020, 161 milhões a mais que no ano anterior e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propõe terminar com a fome até 2030, segundo a FAO, no último relatório anual sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no mundo. Esses números são desanimadores. Mas há mais. No mesmo exercício, por exemplo, 2,37 bilhões de pessoas não tiveram acesso a uma alimentação decente. (Acampa Pola Paz e o Direito a Refugio, 2022)
Segundo várias fontes, em março de 2022 a população mundial atingiu 7.993 milhões de pessoas. A FAO garante que produzimos alimentos para 12.000 milhões. A combinação de ambos os números leva a uma conclusão tão óbvia quanto surpreendente: neste planeta há riqueza e recursos suficientes para que ninguém fique para trás e para que ninguém morra de fome. (Acampa Pola Paz e o Direito a Refugio, 2022)

Organizações governamentais, por meio de suas cúpulas e acordos, têm demonstrado que colocam a defesa do atual modelo de desenvolvimento à frente das soluções propostas e defendidas pelas comunidades científicas e movimentos sociais. A crise climática global é resultado do capitalismo e dos interesses das organizações financeiras que surgiram após a Segunda Guerra Mundial, como o FMI, o Banco Mundial, a OCEDE ou a OMC. Como consequência, cresce o descontentamento com a política, diminui a confiança nos políticos e exige-se a substituição das atuais instituições financeiras e econômicas por outras verdadeiramente democráticas, capazes de priorizar os direitos humanos sobre o capital.

Recordemos as denúncias contra o Banco Mundial que organizações e pessoas como Vandana Shiva lideraram contra a “revolução verde” para erradicar a fome na Índia: essa organização propôs o consumo de sementes geneticamente modificadas, pesticidas e fertilizantes sintéticos comercializados por grandes empresas que acabaram aumentando a pobreza, expropriando de suas terras aqueles que praticavam a agricultura de subsistência e aumentando a migração para as megacidades. Ou Berta Cáceres e o povo Lenca contra a construção da barragem Agua Zarca no rio Gualcarque, desta vez financiada pelo Banco Mundial, a construtora chinesa Sinohydro e uma empresa hondurenha, que deixou as comunidades sem água, sem possibilidade de

irrigação e manter seu modo de vida; neste caso, sua demanda por justiça ecológica e ambiental custou a vida desta ganhadora do Goldman.

A lógica do mercado é de curto prazo, da mesma forma que as medidas políticas não vão além da legislatura de 4 anos, sob pressão de grupos do poder econômico. A lógica ecossocial é de longo prazo e propõem políticas contrárias ao modelo produtivo vigente. Ela reivindica para as pessoas o status de cidadãs em oposição ao de consumidoras.

Seria injusto não reconhecer os esforços de muitos líderes políticos declarados "anti-sistema" pelo poder. Líderes que acolhem, organizam ou permitem o encontro de movimentos sociais globais contra as mudanças climáticas. Por exemplo, a Cúpula Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, promovida pelo governo de Evo Morales, realizada em Cochabamba, na qual mais de 30.000 camponeses, ativistas, ambientalistas e especialistas construíram e debateram alternativas diante da crise climática: *“entre as propostas aprovadas em Cochabamba está a criação de um tribunal internacional para julgar crimes climáticos e ambientais”* (Antentas e Vivas, 2009:105). Esta Cúpula destacou a importância dos povos indígenas no combate às mudanças climáticas e nos mostra formas harmoniosas de relação entre a humanidade e a natureza. Outros exemplos poderiam ser citados, de lideranças como Pepe Mujica, Vandana Shiva, Wangari Matai, Olívio Dutra, Marina Silva, Sonia Guajajara, Ailton Krenak, reforçando a esperança em outros caminhos possíveis que estão sendo construídos diariamente.

PRECONCEITOS CLIMÁTICOS: MULHERES COMO PROTAGONISTAS DA RESISTÊNCIA

*Eles ameaçam você calar a boca. Eu não posso me calar.
Não posso ficar calada diante de tudo o que está acontecendo com
meu povo.
Estamos lutando por nossas terras, por nossa água, por nossas vidas.
Jakeline Romero (ativista ambiental colombiana ameaçada)*

A injustiça climática tem preconceitos de gênero, raça, classe, continente, idade, entre outros. O modelo neocolonial de desenvolvimento heteropatriarcal neocolonial ocidental, de mãos dadas com um paradigma positivista da ciência,

tem perseguido e desacreditado outras formas tradicionais de conhecer e se relacionar. Os sistemas de poder (político, econômico, científico, religioso...) legitimam “verdades” e invalidam outros saberes, proscovem práticas ancestrais e perseguem outros especialistas que acusam de intrusão. Vandana Shiva (1995:33) chama esse modelo violento de “mau desenvolvimento” que gera violência para exercer o controle e que devasta diferentes culturas e biodiversidade.

Em diálogos anteriores falamos de três tríades de direitos e compromissos: “*terra, abrigo e trabalho; saúde, educação e natureza; participação, comunicação e espiritualidade*” (Sorrentino et al. 2020:7). Hoje apresentamos outra tríade –terra, corpo e território– ecoando os movimentos de resistência feminista mesoamericana que emergem para se tornarem universais: nomear novas realidades com novas palavras para construir novas alianças.

Nessa renomeação, por exemplo, o conceito de economia não se limita ao trabalho remunerado, mas inclui a produção de bens, serviços, cuidados e afetos que tenham valor para a comunidade e que sustentem o mundo, mesmo que não haja remuneração econômica. direto para isso. A partir do movimento feminista indígena da comunidade territorial, Lorena Cabnal aponta que as mulheres indígenas sofrem diariamente ataques a seus corpos e seu território, tanto no presente quanto nas memórias ancestrais: corpos que vivenciaram a colonização, o abuso, o desprezo, a violência sexual, o saque e desapropriação de seus territórios, línguas e culturas (López, 2018). Denunciam o sistema capitalista neoliberal que quer tomar suas terras para instalar projetos extrativistas e assim se apropriar da saúde dos corpos e da Terra.

O feminicídio ambiental é usado para desmobilizar: a perseguição e assassinato sistemáticos de mulheres ativistas que defendem suas terras e seus ecossistemas é devastador para as comunidades e suas famílias, já que muitas são as provedoras econômicas e de cuidados. Em muitos casos, não há crime porque essas mulheres não são registradas: são indígenas sem documentos (Serantes, 2018).

Os movimentos ecofeministas, no plural, se rebelam contra as formas patriarcais de dominação das mulheres e da natureza que levam à crise ecológica; reúne as diferentes formas que as mulheres desenvolveram para defender sua integridade, sua terra e sua cultura. Também contra o androcentrismo, que dá ao homem uma posição central e de referência e invisibiliza outras formas de olhar, e contra o antropocentrismo que despreza outras formas de vida.

Ecofeminismo significa lutar pelo acesso e gestão dos recursos naturais dos quais suas comunidades dependem (Puleo, 2011), mas vai além, *"ele defende a síntese de princípios feministas e ecológicos como base para a organização política e para a criação de estilos de vida ecologicamente justos"* (Lahar, 2003:35); esse movimento social se opõe à visão dualista mencionada anteriormente. A posição ecofeminista traz uma nova epistemologia e visões de mundo para enfrentar a crise climática de outra forma. Podemos sintetizar esse movimento em cinco grandes categorias, não estagnadas e emergentes, que compartilham a denúncia da subordinação das mulheres, povos oprimidos e outras formas de vida, dos problemas ecossociais derivados dessa dominação e da capacidade proativa para o transformação (Serantes, 2018: 28-31) (Tabela 1).

Feminismos da diferença		Feminismos da igualdade		
Existencialista	Pós-moderno	Construtivista		
Clássico, cultural ou espiritualista	Queer, vegano, animalista ou antiespécies	Multiculturalista do Sul ou pós-colonial	Ambientalismo de gênero, radical ou liberal	Ecológico, socialista, radical ou ilustrado
Com base na cultura da vida, persegue sociedades matriarcais, sem hierarquias, com economia local e comunitária. Promove o acesso a energia limpa, água potável, redistribuição de recursos e sistemas de adaptação ao CC.	Questiona que as soluções para as mudanças climáticas são de natureza técnica e científica e propõe uma leitura interseccional entre raça, gênero, sexualidade e classe; repensa a justiça climática a partir das minorias.	Decolonial. Ênfase na justiça ambiental, economias de subsistência, cultura tradicional e comunitária. Defenda os Princípios de Justiça Climática de Bali (2002)	Pacifista. Visão tecnocrática da relação mulher-ciência-natureza. A natureza como recurso. Ela foca seu discurso nos avanços tecnológicos para o clima liderado pelas mulheres e a redução voluntária de gestações.	Defende um uso prudente e social da ciência e da tecnologia. Parte do Bem Comum e da economia do cuidado não mercantil. Propõe transformar o modelo de vida, consumo e trabalho para a descarbonização do sistema.
Mary Daly, Susan Griffin, Miriam Starhawk, Charlene Spretnak, Rosemary Radford Ruether...	Greta Gaard, Catriona Sandilands, Constance Russell, Julia Serrano, Andréa Collard, Carol Adams y Kathleen Johnson.	Vandana Shiva, María Mies, Gladys Parentelli, Ivonne Gebara	Betty Fiedan, Bina Agarwal, Cecile Jackson, Brinda Rao y Sherry B. Ortner.	Petra Kelly, Mary Mellor, Ariel K. Salleh, Val Plumwood, Karen Warren, Bárbara Holland, Yayo Herrero y Alicia Puleo.

Tabela 1: Movimentos ecofeministas e mudança climática.

DIÁLOGOS ATLÂNTICOS, DIÁLOGOS GLOBAIS: MUDAR O SISTEMA

Os efeitos dos desastres naturais, neste caso os agravados pelas mudanças climáticas, são inversamente proporcionais ao poder econômico de quem os sofre: as pessoas mais vulneráveis às mudanças climáticas são as mais pobres do mundo. Nas necessárias alianças entre os movimentos sociais pela

justiça climática, é fundamental contar com as vozes e propostas das comunidades tradicionais, povos indígenas, povos indígenas e mulheres, pois são eles os mais afetados por sua relação complexa e direta com os ciclos climáticos e mudanças na natureza. Mobilizações coordenadas devem se traduzir em ações locais de resistência, baseadas em conhecimentos tradicionais que ilustrem alternativas viáveis.

Acreditamos em um diálogo atlântico e universal para criar uma pedagogia de resistência contra os processos que causam as mudanças climáticas: *“a pedagogia da resistência é (re)existir aos processos que causam as mudanças climáticas, pensando em escala local, com ações individuais para escala global, exigindo políticas públicas de valorização e cuidado de todos os seres vivos do planeta, independentemente de sua classe social e poder aquisitivo”* (Dalla, Serantes e Sato, 2017:4).

Estamos empenhados em recuperar, mostrar e incentivar experiências de resistência. O papel central da EA, que muitas vezes denominamos educação socioambiental para enfatizar sua vocação e compromisso, é transformar as causas mais profundas dos diferentes tipos de impactos na vida, em toda a sua diversidade e beleza, na Terra.

É inequívoca a demanda por processos educadores focados na problemática ecossocial. Documentos internacionais voltados à superação da degradação ambiental, social e humana, bem como discursos de governantes e de lideranças políticas nas mais distintas áreas do conhecimento e territórios expressam a necessidade da educação ambiental (socioambiental, agroecológica, para o desenvolvimento sustentável, para a reciclagem, para a proteção do patrimônio histórico, para as mudanças climáticas, dentre outras denominações) comprometida com mudanças nos comportamentos humanos que ocasionam a insustentabilidade da vida na Terra.

Nos últimos 50 anos, pelo menos, foram e são realizadas inúmeras iniciativas voltadas à informação, comunicação, capacitação e formação ambiental, no entanto os progressos são pontuais e no balanço geral caminha-se rapidamente para a insustentabilidade com o esgotamento de bens naturais,

erosão ampliada da biodiversidade e comprometimento irreversível da capacidade de suporte dos sistemas naturais.

Nunca na história humana se falou tanto como no momento atual sobre a importância da questão ambiental, no entanto nunca se degradou tanto. Temos informações, mas não as transmutamos em mudanças comportamentais.

Muitos governos abandonaram a atenção que começavam a dedicar ao campo educador ambientalistas, outros apenas dedicaram palavras à causa e outros ainda apregoam que o caminho para a melhoria da vida e a superação da degradação é o de acelerar o crescimento econômico, a qualquer custo, alegando que depois a humanidade encontrará formas de solucionar os seus problemas.

Torna-se mais clara a necessidade de mudanças profundas e para elas não bastam informações. Vive-se um estado de esgotamento em relação ao excesso de informações fragmentadas, pulverizadas e sem incentivo a serem encarnadas -incorporadas e cultivadas no corpo e na alma, na mente e nos comportamentos– mudanças de valores e culturais.

Mudanças culturais exigem séculos e muitas vezes experiências dolorosas, no limite da sobrevivência, para que possam ocorrer. A alternativa para acelerar tais mudanças, sem ir além dos sofrimentos já vivenciados por muitos humanos e outros terráqueos, é uma ação coordenada das forças que compreenderam a urgência das transformações no modo atual de produção e consumo e de ser e estar dos humanos na Terra.

Criar e fortalecer espaços de diálogo, sensibilização, aprofundamento, pactuações e ações educadoras voltadas às mudanças culturais necessárias. Espaços emuladores de diálogos e de experimentação de possibilidades de outras trilhas a serem percorridas na busca humana incessante por dignidade, felicidade e bem viver.

É neste contexto que se propõe a criação e a manutenção de *Centros de Educação Socioambiental* comprometidos com a capilarização e o enraizamento de processos educadores e ambientalistas voltados a mudanças culturais.

Centros de Educação Socioambiental comprometidos com o apoio à formulação, implantação e fortalecimento de políticas públicas voltadas às necessárias transições educadoras para sociedades sustentáveis. Centros instituídos por ações cooperativas entre estados, organizações da sociedade civil e setores empresariais esclarecidos sobre a relevância dessas profundas transformações culturais.

Centros que paradoxalmente tenham por missão maior contribuir para a descentralização do pensar e fazer educação socioambiental³.

O resgate cultural e a compreensão de distintas cosmovisões e cosmopercepções, por exemplo, africanas e indígenas e as interações que ocorreram entre desterrados, escravizados e migrantes podem ser elementos importantes para o delineamento e a constituição de CES que venha a realizar atividades de formação, extensão, informação e documentação socioambiental contextualizadas e apropriadas para a busca das mencionadas profundas mudanças culturais que a humanidade está a necessitar.

REFERÊNCIAS

ANTENTAS, José María; VIVAS, Esther. Justicia climática y justicia social: un mismo combate contra el capitalismo global. **Ecología Política**, n. 39, pp. 103-106. [<http://www.jstor.org/stable/41420362>]

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

BOFF, Leonardo. **Ecología: grito de la tierra, grito de los pobres**. Madrid: Trotta, 2009.

BORRAS, Susana Pentinat. La justicia climática: entre la tutela y la fiscalización de las responsabilidades. **Anuario Mexicano de Derecho Internacional**, vol. XIII, pp. 3-49, 2010. Disponível em <https://es.booksc.org/ireader/37643243>.

³Não a descentralização prescritiva de um ideário, valores, comportamentos e atitudes, mas o testemunho cotidiano que incentiva compromissos compartilhados para a produção de conhecimentos e práticas voltados à superação da crise socioambiental e a construir caminhos para sociedades que propiciem o bem viver para toda a humanidade e para as demais espécies com as quais compartilha este Planeta.

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. Trad.: Newton Aquiles Von Zuben. 10ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

DALLA-NORA, Giseli; SERANTES, Araceli Pazos; SATO, Michéle. ¿Quiénes son los afectados por el cambio climático?. **Carpeta Informativa del CENEAM**, janeiro, pp. 1-5. Disponível em https://www.miteco.gob.es/eu/ceneam/articulos-de-opinion/2017-dalla-serantes-sato_tcm35-163463.pdf.

GLOBAL WITNESS. **Defender la tierra – Asesinatos globales de defensores/as de la tierra y el medio ambiente en 2016**. London: Global Witness. Disponível em <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/defender-la-tierra/>.

HERRERO, Yayo; CEMBRANOS, Fernando; PASCUAL, Marta (coord.). **Cambiar las gafas para mirar el mundo. Una nueva cultura de la sostenibilidad**. Madrid: Libros en Acción, 2011.

LAHAR, Stephanie. Teoría ecofeminista y activismo político, en Karen Warren (ed) **Filosofías ecofeministas**, pp. 35-60. Barcelona: Icaria, 2003.

LATOURE, Bruno. **Políticas da Natureza – Como associar as ciências à democracia**. São Paulo: Unesp, 2019.

LATOURE, Bruno. **Onde Aterror? Como se orientar politicamente no Antropoceno**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LÓPEZ, Eugenia. **Lorena Cabnal: sanar y defender el territorio-cuerpo-tierra**. Disponível em <https://avispa.org/lorena-cabnal-sanar-y-defender-el-territorio-cuerpo-tierra/>.

PULEO, Alicia. **Ecofeminismo para otro mundo posible**. Valencia: Universidad de Valencia, 2011.

PULEO, Alicia. **Claves ecofeministas. Para rebeldes que aman a la Tierra y a los animales**. Madrid: Plaza y Valdés, 2019.

RODRÍGUEZ TROIANI, Victoria. Países más afectados por el cambio climático según el Índice de Riesgo Climático Global (IRC) de 2020: listado oficial, consecuencias, causas y predicciones. **Cinco Noticias**. Publicado em 17/02/2022. Disponível em <https://www.cinconoticias.com/paises-mas-afectados-por-el-cambio-climatico>.

SHIVA, Vandana. **Sembrar la libertad: la humanidad en la encrucijada evolutiva**. 2018. Disponível em <https://www.cccb.org/es/actividades/ficha/sembrar-la-libertad/228149>.

SERANTES-PAZOS, A.; LIOTTI, L. C. ¿Qué deberían contar (y cómo) los libros de texto de la Educación Secundaria sobre el cambio climático?. **Revista Brasileira do Ensino Médio**, v. 3, p. 76-90, 1 set. 2020. Disponível em <https://phprbraem.com.br/ojs/index.php/RBRAEM/article/view/65>.

SERANTES, Araceli; MEIRA, Pablo. El cambio climático en los libros de texto de la Educación Secundaria Obligatoria o una crónica de las voces ausentes. **Documentación Social**, n. 183, pp. 153-170. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5999130>.

SERANTES, Araceli. Feminicidio ambiental: una lectura educativa, ecofeminista e ecosocial. **ambientalmente sustentable**, vol. 25, ano XIII (2018), pp. 25-43. Disponível em <https://revistas.udc.es/index.php/RAS/article/view/ams.2018.25.2.6446>.

SORRENTINO, Marcos; PORTUGAL, Simone; SERANTES, Araceli; VALES, Carlos. Por una nueva cultura de la tierra, Tierra y territorio: rutas de transición para sociedades sustentables, **Carpeta Informativa del CENEAM**, abril/2020, pp. 1-9. Disponível em <https://www.miteco.gob.es/es/ceneam/articulos-de-opinion/>.

SORRENTINO, Marcos. *et al.* **Educação ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências**. Curitiba: Appris, 2013

SPINOZA, Baruch. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.